

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Michelle Silva de Souza

BRICS: análise da trajetória e impacto sobre a economia brasileira

Projeto Monografia

Orientadora: Eliane Gottlieb

Rio de Janeiro, Junho de 2024



Michelle Silva de Souza

BRICS: análise da trajetória e impacto sobre a economia brasileira

Projeto Monografia

Orientadora: Eliane Gottlieb

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Rio de Janeiro, Junho de 2024

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva da autora.

Agradecimentos

Primeiramente, à minha mãe, Daniele Santos, pelo apoio incondicional em todas as fases da minha vida. Ao meu pai, Nilton Souza, pelo constante incentivo nos meus estudos.

Agradeço também aos amigos que fiz durante o curso. Vocês foram essenciais para minha trajetória. Encontrei inspiração entre os colegas de turma e sou grata por tornarem estes 4 anos tão enriquecedores.

À minha orientadora, Eliane, agradeço pela atenção, pelos ensinamentos, conselhos e sugestões. Sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste projeto.

Agradeço ao Felipe Michaelis por acreditar em mim e ser meu maior incentivador ao longo desta jornada.

Por fim, um agradecimento especial à Rafaela Sá Freire por todos os valiosos ensinamentos e aprendizados adquiridos nos meus últimos anos de faculdade.

A todos vocês, meu sincero obrigado por fazerem parte desta jornada e por contribuírem para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e a influência positiva de cada um de vocês.

Resumo

O grupo BRICS foi originalmente composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China. A ideia de formar esse bloco surgiu em 2001, proposta pelo economista Jim O'Neill, com o acrônimo "Bric", destacando o potencial desses países em desenvolvimento como uma força econômica global. Em 2009, a África do Sul juntou-se ao grupo, ampliando-o para BRICS. Em janeiro de 2024, os Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia também se uniram ao grupo, o que pode resultar em uma modificação do nome para BRICS+.

Este estudo tem como objetivo analisar os objetivos e desafios do grupo BRICS no contexto internacional. Para isso, será analisado as principais realizações do grupo, bem como um estudo dos comércios bilaterais, destacando o impacto sobre a economia brasileira. A partir dessa resenha literária será consolidado os principais argumentos sobre o impacto da permanência do Brasil no BRICS.

Palavras-chave

BRICS; Brasil; Trajetória; NDB; BRICSCoin; Expansão; Novos países; Países emergentes; Economia; SWIFT; Comércio Internacional; BRICS+.

CONTEÚDO

Lista de Figuras	8
Lista de Tabelas	9
1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
3 CONTEXTO	14
3.1 História e trajetória do BRICS	14
3.2 Países membros do BRICS:	16
3.2.1 Brasil	18
3.2.2 Rússia	19
3.2.3 Índia	20
3.2.4 China	21
3.2.5 África do Sul	22
4 RELAÇÃO COMERCIAL: BRASIL E INTRA-BRICS	23
4.1 Brasil e Mundo	23
4.2 Brasil e Rússia	25
4.3 Brasil e Índia	26
4.4 Brasil e África do Sul	26
4.5 Brasil e China	27
5 NEW DEVELOPMENT BANK (NDB)	30

5.1	NDB versus outras entidades financeiras:	30
5.2	Características do Banco dos BRICS	32
5.3	Projetos aprovados para o Brasil	34
6	MOEDA ÚNICA	38
6.1	BRICSCoin: Uma nova moeda para o BRICS	38
6.2	Estudo de Caso: Euro	40
7	EXPANSÃO DO BRICS	43
7.1	15a Cúpula do BRICS em Joanesburgo	43
7.2	Aspectos da expansão	45
7.3	Relações UE-BRICS+	46
8	CONCLUSÃO	48
9	BIBLIOGRAFIA	50
A	APENDICE: PADRAO OURO	53
B	APENDICE: BRETTON WOODS	55

Lista de Figuras

Figura 1 – Taxa de Crescimento do PIB entre 2001 a 2007	14
Figura 2 – Taxa de Crescimento do PIB entre 2001 a 2022	15
Figura 3 – Porcentagem do PIB global do BRICS e do G7	16
Figura 4 – Território e População	17
Figura 5 – PIB dos países do BRICS e do resto do mundo	17
Figura 6 – Balança comercial brasileira com os países dos BRICS	23
Figura 7 – Padrão de Comércio Brasil	24
Figura 8 – Exportações e importações - Brasil	24
Figura 9 – Comércio bilateral entre Brasil e Rússia	25
Figura 10 – Comércio bilateral entre Brasil e Índia	26
Figura 11 – Comércio bilateral entre Brasil e África do Sul	27
Figura 12 – Comércio bilateral entre Brasil e China	28
Figura 13 – Exportações e importações - China	28
Figura 14 – Subscrição de capital e poder de voto	32
Figura 15 – Projetos aprovados por país entre 2014 e 2022	33
Figura 16 – Áreas aprovadas pelo banco entre 2014 e 2022	34
Figura 17 – Aprovações para projetos no Brasil (USD) entre 2016 e 2022	34
Figura 18 – Aprovações para projetos no Brasil (USD)	35
Figura 19 – Renda Bolsa Família e Auxílios	36
Figura 20 – índice de Gini e Desigualdade de Renda	36
Figura 21 – Curvas GG-LL	41
Figura 22 – Mapa BRICS+	43
Figura 23 – BRICS+: Novos Integrantes	44
Figura 24 – Comércio de ben UE-BRICS+	46
Figura 25 – ACL bilaterais e inter-regionais UE-BRICS+	47

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Indicadores Macroeconomicos do Brasil	18
Tabela 2 – Indicadores Macroeconomicos da Rússia	19
Tabela 3 – Indicadores Macroeconomicos da Índia	20
Tabela 4 – Indicadores Macroeconomicos da China	21
Tabela 5 – Indicadores Macroeconomicos da África do Sul	22

1 Introdução

O surgimento do BRICS está intrinsecamente relacionado às características socioeconômicas compartilhadas pelos países que o compõem, com especial ênfase no notável crescimento econômico experimentado por essas economias ao longo do século XXI. Inicialmente, o grupo era uma categoria de análise econômica que ressaltava o potencial desses países em conjunto. Em 2006, o grupo se formalizou e começou a exercer influência na política internacional.

Diferentemente de outros grupos, como o Mercosul ou o Nafta, o BRICS é uma coalizão desprovida de documento constitutivo, secretariado fixo ou acordos de comércio. Sua essência repousa na vontade política de seus membros. No entanto, ao longo do tempo, tem adquirido aspectos institucionais com reuniões de líderes e ministros abordando diversas áreas, como economia, segurança, agricultura e energia.

Os países-membros do BRICS representam uma parcela significativa da população mundial, do PIB global e do comércio internacional. O grupo é percebido como uma alternativa aos fóruns econômicos e políticos ocidentais, como o G7, buscando fomentar reformas em instituições globais, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Algumas realizações notáveis do BRICS compreendem a fundação do New Development Bank (também conhecido como Banco BRICS ou NDB). O NDB tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e apoiar economias emergentes. Adicionalmente, outra realização crucial do grupo foi a criação de um Acordo de Reserva de Contingência, delineando um plano para fornecer auxílio financeiro por meio de recursos de emergência em resposta a problemas imediatos ou potenciais relacionados ao equilíbrio de pagamentos de curto prazo.

Em janeiro de 2024 Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia foram formalmente integrados como membros plenos do grupo. O convite foi anunciado durante a 15^a cúpula do bloco, sediada em Joanesburgo, pelo presidente da África do Sul, que atuou como anfitrião. Embora a Argentina e a Arábia Saudita também tenham recebido convites, o presidente argentino recusou-se a aceitar, enquanto a Arábia Saudita ainda não oficializou sua participação.

Posto isso, o presente trabalho pretende avaliar o impacto dessas realizações

sobre a economia brasileira. Antes de avançarmos para esse ponto, será realizada uma revisão completa da literatura cujo objetivo é identificar e examinar fontes bibliográficas e outros materiais relevantes, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do assunto.

Nas próximas sessões, será feito um estudo histórico sobre o BRICS, incluindo seus objetivos iniciais e sua evolução até o estado atual. Em seguida, será apresentado um breve resumo econômico de cada país ao longo dos mais de 20 anos de existência do grupo. Adicionalmente, haverá um capítulo dedicado à análise da relação comercial do Brasil com cada membro do BRICS antes da expansão de 2024, contextualizando a economia brasileira atual e examinando as trocas comerciais com esses países.

Na terceira sessão, será apresentado o New Development Bank, analisando o seu papel no desenvolvimento dos países emergentes. Esse capítulo tem como objetivo estabelecer a relação de custo-benefício para o Brasil e as distinções em comparação ao Banco Mundial e ao FMI. Exemplos de empréstimos concedidos pelo NDB serão contextualizados neste estudo.

Posteriormente, será abordada a expansão do BRICS, detalhando as características dos países que estão aderindo ao grupo. Com isso, será possível analisar as motivações, interesses e compatibilidade desses novos integrantes com o grupo. Além disso, será apresentado um estudo da relação entre os BRICS+ e a União Europeia, permitindo entender como esses dois grupos se relacionam no contexto internacional.

Finalmente, na seção de conclusão, são consolidado os principais resultados encontrados no decorrer do estudo.

2 Revisão da Literatura

O primeiro estudo sobre os BRICS foi publicado em novembro de 2001 por Jim O'Neill e intitulado "Building Better Global Economic BRICS". O autor simulou alguns cenários para visualizar o futuro PIB e fez suposições sobre a conjuntura internacional. Nesse estudo, ficou evidente que nos anos posteriores o papel dos BRICS cresceria. Além disso, a partir das previsões apresentadas, o PIB desses países, comparado com outras economias mundiais, apresentaria um maior crescimento.

Para realizar essa previsão, de acordo com o artigo de O'Neill (2001), foram analisadas as taxas médias de crescimento dos anos de 1999 a 2001 para os países do BRICS em comparação com os Estados Unidos, União Europeia e Grã-Bretanha. Ao final do período de estudo, estes foram os resultados: Brasil (2,1%), Rússia (5,3%), Índia (5,2%), China (7,35%), Estados Unidos (2,32%), União Europeia (2,05%) e Grã-Bretanha (2,15%). Dessa forma, os BRICS apresentaram crescimento maior do que as economias do G7, demonstrando como esses países aumentariam sua relevância na economia mundial.

De acordo com Silva (2013), existe uma razão influenciadora que motiva cada país a querer participar do BRICS. Para a China, o BRICS proporciona ao país a possibilidade de se tornar um líder internacional e confrontar os Estados Unidos para obter maior influência global. Para a Rússia, é importante como uma forma do país ter diálogo com os demais sem a intervenção norte-americana.

Já para a Índia, é uma forma de estabelecer relações com a China, uma vez que existe conflito entre seus territórios. No caso do Brasil, é um meio de valorizar sua imagem, exibindo internacionalmente seu novo posicionamento mais forte e influente para debater tópicos de discussões internacionais. Além disso, é uma oportunidade para aproximar parceiros e estreitar relações político-econômicas com eles. Por fim, para a África do Sul, é benéfico do o ponto de vista geral.

Em sua obra, Machado (2000) explica que pode-se definir integração econômica como um processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre países. Assim, é demonstrado o entendimento de que a integração vai além das relações comerciais. O autor distingue sete formas de integração, e a última, relacionada à união política, é a que engloba os BRICS. Isso porque, conforme o Itamaraty (2018), os países ampliaram suas iniciativas de várias maneiras, destacando-se espe-

cialmente na articulação política e na colaboração econômico-financeira.

Segundo o Itamaraty (2018), o foco do BRICS tem sido defender a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a reforma do FMI, em termos de coordenação política. Os membros do grupo estão se mostrando abertos à cooperação com outros países. Do ponto de vista de cooperação econômica, existem dois pontos realizados. O primeiro envolveria a criação de um New Development Bank, e o segundo a criação de um fundo de reserva (ACR).

Considerando o contexto apresentado acerca dos BRICS, ressalta-se a importância de prosseguir com a continuidade no estudo desse grupo político em constante transformação. Suas mudanças não se restringem apenas ao cenário político, abrangendo diversas áreas de importância significativa no contexto internacional.

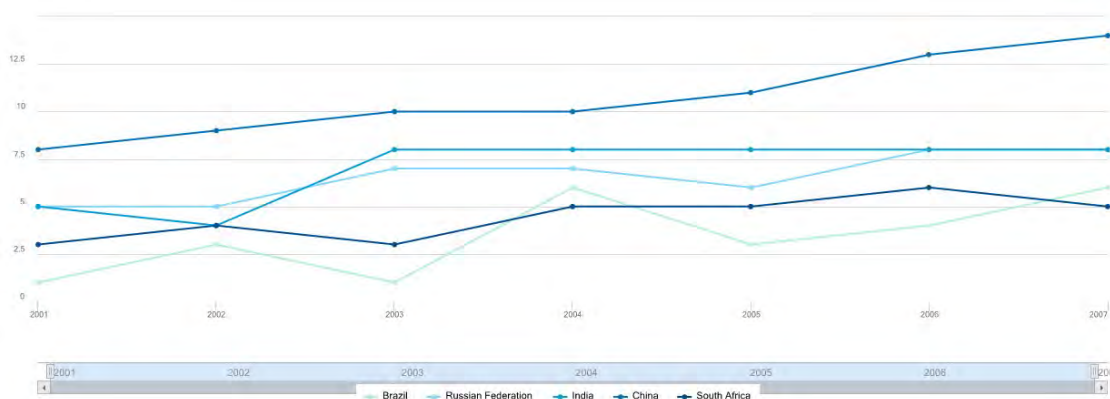
3 Contexto

3.1 História e trajetória do BRICS

O termo BRIC foi cunhado pelo economista da Goldman Sachs, Jim O'Neill, em um estudo de 2001 intitulado "Building Better Global Economic BRICS". O objetivo desse conceito era destacar a importância dos "países baleia", caracterizados por sua vasta dimensão demográfica e geográfica. Esses países possuíam um notável potencial econômico, resultante do tamanho considerável de suas populações, da estrutura produtiva robusta e dos níveis de renda. A intenção era evidenciar para o mundo o papel crucial desempenhado por essas nações na economia global.

A precisão da previsão de Jim O'Neill materializou-se ao longo dos anos subsequentes, marcados por notáveis taxas de crescimento anual do PIB nos países que compõem os BRICS, como é possível reparar na Figura 1. Esse sucesso econômico transformou os BRICS em um ponto central nas discussões financeiras globais. Os líderes desses países não deixaram escapar a oportunidade de capitalizar sobre o momento positivo, utilizando a ascensão econômica como um trampolim para consolidar sua presença e influência nos assuntos globais.

Figura 1 – Taxa de Crescimento do PIB entre 2001 a 2007



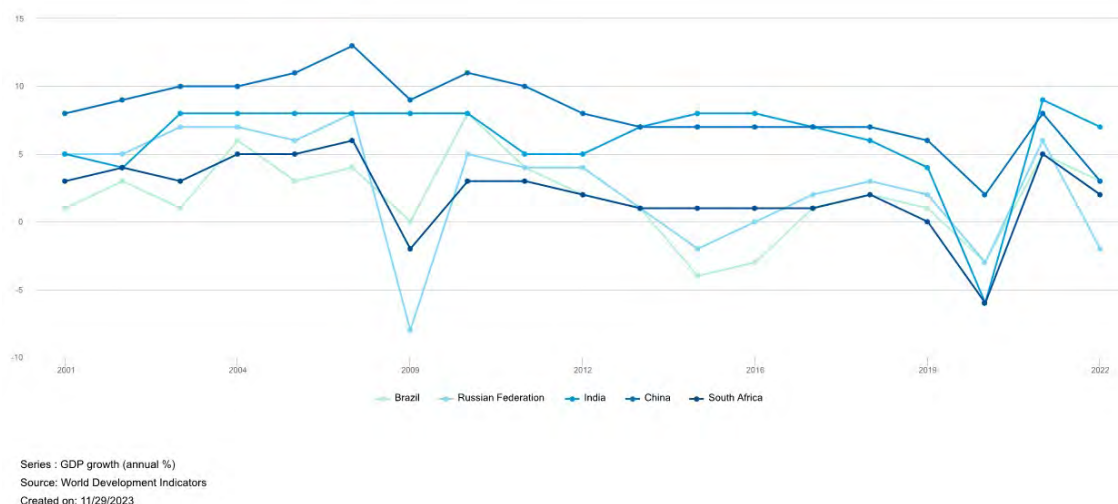
Series : GDP growth (annual %)
Source: World Development Indicators
Created on: 11/29/2023

Fonte: Banco Mundial

A interação entre os países ganhou formalidade em 2006, quando os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Rússia, Índia e China se reuniram pela primeira vez. Este encontro inicial estabeleceu as bases para uma colaboração mais estreita

entre os países, fornecendo um fórum para discussões bilaterais e abordagem conjunta de questões globais. Notavelmente, em 2008, os líderes dos BRICS realizaram uma reunião paralela durante a cúpula do G8, marcando um ponto de inflexão significativo em sua trajetória conjunta. Esse encontro não apenas simbolizou o reconhecimento internacional dos BRICS, mas também sinalizou a intenção do grupo de se afirmar como uma força coletiva capaz de moldar as dinâmicas globais.

Figura 2 – Taxa de Crescimento do PIB entre 2001 a 2022



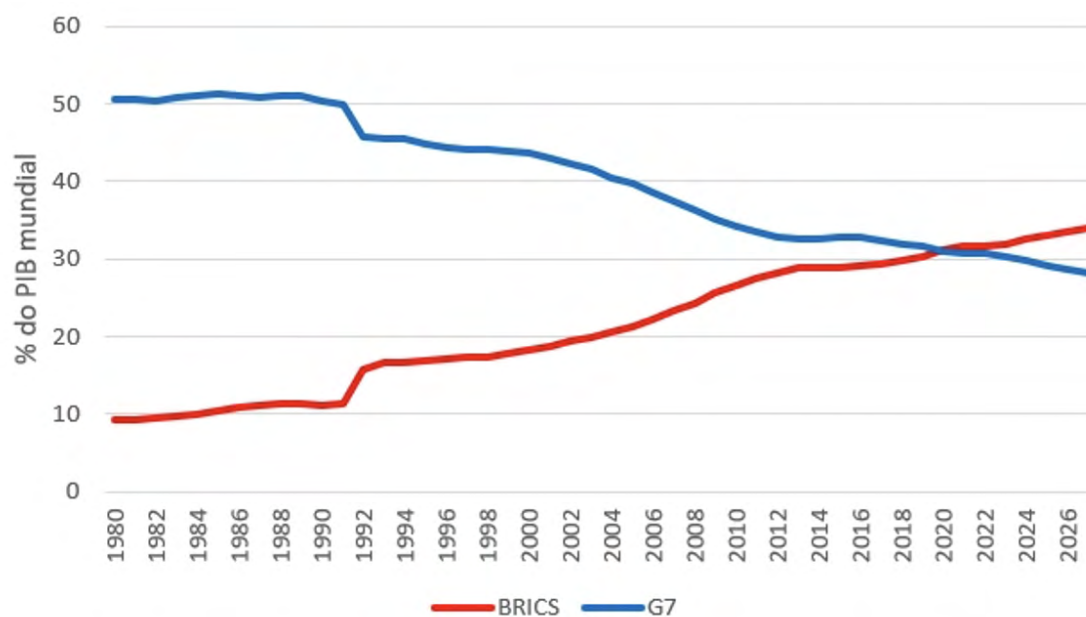
Fonte: Banco Mundial

A nomenclatura BRICS foi modificada após a inclusão da África do Sul, durante a Terceira Cúpula dos BRICS em Sanya, China, em 2011, passando a ser denominado 'BRICS'. O interesse nesse grupo é impulsionado pelo notável crescimento econômico de seus países membros, como nota-se na Figura 2. Ao contrário de outros blocos focados principalmente no aumento das relações comerciais, os BRICS buscam não apenas fortalecer suas ligações econômicas, mas também consolidar maior influência política no cenário internacional. Emergindo como uma força política, os BRICS ganharam destaque após a crise de 2008 e o conseqüente enfraquecimento das lideranças dos Estados Unidos e Europa.

Na Figura 3, é possível perceber que o BRICS manteve uma trajetória de crescimento do PIB mais robusta em comparação ao G7, chegando a ultrapassá-lo no ano de 2020. Em 1980, o G7 dominava cerca de 50% do PIB global, enquanto o grupo BRICS detinha aproximadamente 10%. Entretanto, houve uma transformação significativa: o G7 reduziu sua fatia para menos de 30%, enquanto o BRICS elevou sua participação para mais de 30% do PIB global.

No entanto, ao longo do estudo e mediante uma análise mais aprofundada, per-

Figura 3 – Porcentagem do PIB global do BRICS e do G7



Fonte: FMI/WEO abril de 2022

ceberemos que uma parte significativa do crescimento (PIB) dos BRICS está diretamente associada à China e não necessariamente reflete todos os países que compõem o grupo de forma geral. Além disso, nos anos mais recentes, os países do BRICS não têm apresentado um crescimento tão notável quanto o observado no período do estudo de Jim O'Neill.

3.2 Países membros do BRICS:

Conforme Vieira (2009), os países membros do BRICS compartilham diversos aspectos semelhantes, tais como um extenso território, uma grande população e um considerável potencial econômico. Essa convergência torna a aproximação entre eles benéfica, proporcionando um impulso significativo às suas economias.

Nas Figura 4 e Figura 5, é possível realizar uma comparação entre os dados de território, população e PIB dos países do BRICS e os demais países do mundo. Observa-se que essas nações possuem uma posição de destaque em termos de superioridade numérica nesses indicadores, cenário que permanece desde o primeiro estudo publicado do BRIC em 2001. Em 2022, os BRICS representavam cerca de 40% da população mundial e 26% do PIB global.

Segundo Ramalho (2013), os BRICS se destacaram no cenário político e econômico

Figura 4 – Território e População

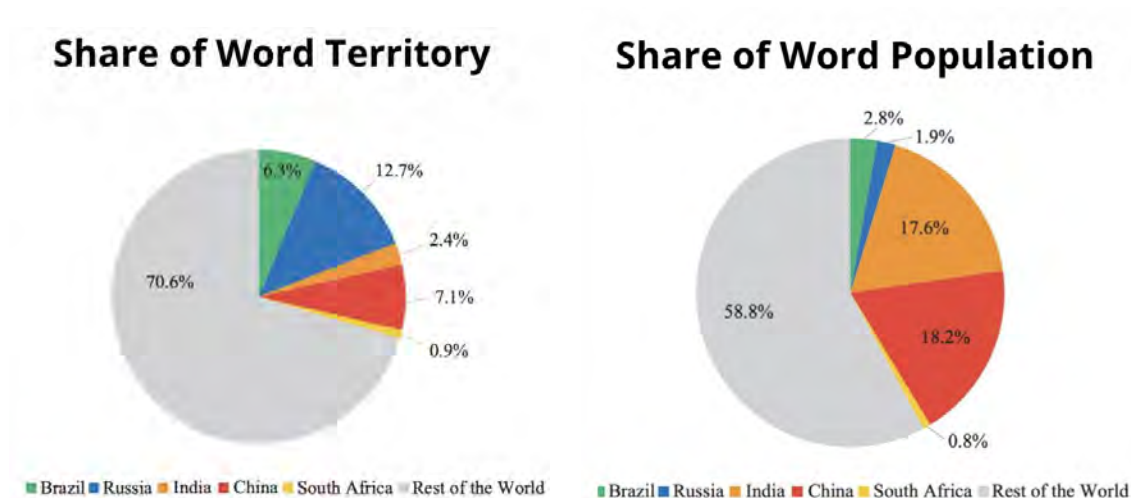
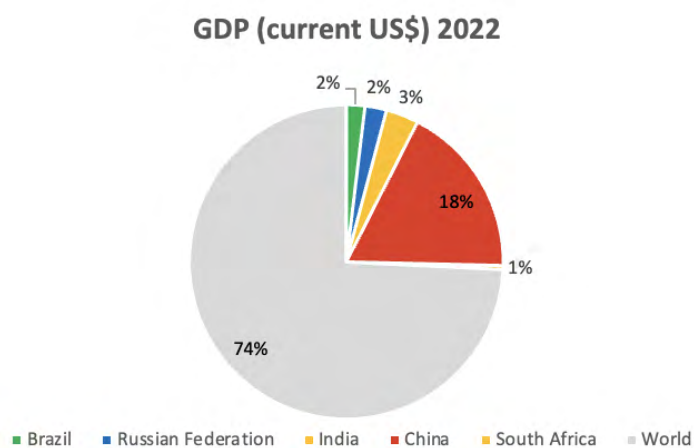


Figura 5 – PIB dos países do BRICS e do resto do mundo



devido às trajetórias singulares de seus países-membros. Essas nações chamaram a atenção ao trabalharem em conjunto, uma vez que enfrentam a dificuldade de construir uma agenda comum que concilie os interesses coletivos dos BRICS com as aspirações individuais de cada país.

Nesta seção, será realizada uma síntese das características socioeconômicas de cada país desde o surgimento do termo BRIC até o ano de 2022. Exploraremos os aspectos distintos que moldam o cenário econômico e social do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, destacando suas particularidades e contribuições para o panorama global.

3.2.1 Brasil

O Brasil é reconhecido como um país de economia diversificada, com setores-chave como agricultura, mineração e serviços. Sua posição como um importante produtor mundial de commodities, incluindo soja, café, açúcar e minério de ferro, confere-lhe uma influência notável no cenário internacional. O ápice de seu crescimento econômico ocorreu entre 2004 e 2011, período em que a economia brasileira alcançou sua melhor performance, com o PIB registrando um crescimento de 7.53% em 2010.

Tabela 1 – Indicadores Macroeconomicos do Brasil

Ano	População (%)	Inflação (%)	PIB (%)	Desemprego (%)
2001	1.32	8.23	1.39	10.65
2004	1.14	7.75	5.76	10.07
2007	1,03	6.44	6,07	9.28
2010	0.94	8.42	7.53	8.43
2013	0.87	7.50	3.00	7.07
2015	0.85	7.57	-3.55	8.54
2017	0.79	3.67	1.32	12.79
2020	0.67	6.47	-3.28	13.70
2021	0.53	11.38	4.99	13.16
2022	0.46	8.28	2.90	9.23

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Entretanto, desde a criação do BRICS, o Brasil enfrentou duas crises significativas que resultaram em recessão econômica conforme observado na Tabela 1. A primeira ocorreu em 2015, devido à queda nos preços das commodities, escândalos de corrupção que abalaram a confiança dos investidores e políticas econômicas inadequadas. Isso culminou em alta inflação ¹ (10,7%), aumento das taxas de juros, redução do investimento estrangeiro e contração do PIB ² (-3,55%), resultando em uma taxa de desemprego ³ de 12,79% em 2017.

A segunda crise foi desencadeada pela pandemia de COVID-19, afetando não apenas o Brasil, mas também a maior parte dos países ao redor do mundo. O PIB brasileiro registrou uma queda significativa de -3,28%, enquanto a taxa de desemprego aumentou para 13,70%. Contudo, em 2022, houve uma melhora notável nessas estatísticas, com a taxa de desemprego reduzida para cerca de 9,23% e um crescimento do PIB positivo.

¹ Inflação(%): Deflator do PIB.

² PIB (%): Crescimento anual.

³ Desemprego (%): Calculado pelo modelo ILO estimate.

3.2.2 Rússia

No atual contexto em que esta tese está sendo elaborada as relações econômicas do Brasil com a Rússia são frequentemente questionadas. Apesar de se destacar globalmente devido às suas vastas reservas de recursos naturais, especialmente petróleo e gás, a Rússia enfrenta desafios internos e externos que levantam dúvidas sobre sua estabilidade econômica.

Em 2014, a Rússia iniciou um conflito com a Ucrânia, que resultou em uma contração econômica significativa. O PIB registrou uma queda de 2,0%, sendo influenciada pelos confrontos ocorridos, após a deposição do presidente ucraniano pró-Rússia.

Assim como diversos outros países, a Rússia viu seu PIB ser afetado pela crise do COVID-19 em 2020. Apesar da recuperação rápida no ano seguinte, em 2022, o país novamente se envolveu em um cenário tenso com a Ucrânia, após invadir o país e iniciar uma guerra.

Os impactos econômicos representados na Tabela 2 não decorreram apenas do próprio ato de guerra enfraquecendo o país, mas também das pressões e posicionamentos de outros países, principalmente de nações desenvolvidas como os Estados Unidos, que têm pressionado a Rússia pelo fim do conflito e o início de um processo de paz na região.

Tabela 2 – Indicadores Macroeconomicos da Rússia

Ano	População (%)	Inflação (%)	PIB (%)	Desemprego (%)
2001	-0.42	16.48	5.10	8.98
2004	-0.40	20.26	7.20	7.76
2007	-0.17	13.84	8.50	6.00
2010	0.04	14.19	4.50	7.37
2015	0.19	7.25	-1.97	5.57
2017	0.11	5.35	1.83	5.21
2020	-0.23	0.90	-2.65	5.59
2021	0.04	18.99	5.61	4.72
2022	0.07	15.80	-2.07	3.87

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

3.2.3 Índia

A Índia emerge como uma potência econômica, impulsionada pelo setor de serviços e produção industrial de tecnologia avançada, desafiando países desenvolvidos. Enfrenta obstáculos como desigualdade de renda, lacunas de infraestrutura e complexidades burocráticas, apesar de possuir um mercado interno em crescimento.

Em termos de crescimento do PIB, a Índia foi o único país, além da China, a apresentar uma taxa de crescimento significativa entre os países do grupo BRICS. Entre 2012 e 2016, a Índia experimentou um crescimento consistente do PIB, atingindo seu auge em 2010 (8.5%). No entanto, a partir de 2017, essa taxa começou a diminuir gradualmente, e a pandemia global de COVID-19 exacerbou essa tendência, resultando em uma taxa negativa de crescimento (-5.83%).

Além dos desafios econômicos, a Índia enfrentou pressões inflacionárias significativas durante esse período. Após uma década de sucesso no controle da inflação entre 2010 e 2019, a crise econômica desencadeada pela pandemia levou a um aumento nos índices de inflação.

Há, no entanto, sinais de recuperação. Em 2022, o produto interno bruto voltou a crescer a uma taxa de 7.24%, sinalizando uma retomada do crescimento econômico. Além disso, a taxa de desemprego atingiu seu nível mais baixo nos últimos 20 anos (4.82%) como retratado na Tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores Macroeconomicos da Índia

Ano	População (%)	Inflação (%)	PIB (%)	Desemprego (%)
2001	1.81	3.22	4.82	8.02
2004	1.67	5.73	7.92	8.54
2007	1.47	6.94	7.66	8.54
2010	1.38	10.53	8.50	8.30
2015	1.16	3.97	7.73	6.80
2017	1.16	3.97	6.80	7.73
2020	0.96	4.75	-5.83	7.86
2021	0.80	8.54	9.05	6.38
2022	0.68	8.23	7.24	4.82

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

3.2.4 China

No cenário atual, a China se destaca como a segunda maior economia do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Ano após ano, o país tem alcançado índices cada vez mais altos de desenvolvimento econômico. O país é o produtor líder de uma ampla gama de bens manufaturados, desempenhando um papel central na cadeia global de abastecimento.

A China é um país impulsionador dentro do grupo BRICS. Sua significativa presença na economia mundial e seu crescimento a colocaram como líder do grupo, permitindo análises positivas, como já apresentado na Figura 3, ao compararmos o PIB global do BRICS com o do G7.

Tabela 4 – Indicadores Macroeconomicos da China

Ano	População (%)	Inflação (%)	PIB (%)	Desemprego (%)
2001	0.73	2.00	8.34	3.80
2004	0.59	6.95	10.10	4.49
2007	0.52	7.75	14.23	4.35
2010	0.48	6.88	10.64	4.53
2015	0.63	0.00	7.43	4.63
2017	0.61	4.23	6.95	4.47
2020	0.24	0.49	2.24	5.00
2021	0.09	4.55	8.45	4.55
2022	-0.01	2.25	2.99	4.98

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Ao analisarmos os dados apresentados na Tabela 4, fica evidente o acelerado crescimento do PIB chinês ao longo do período, com destaque para os anos entre 2004 e 2007, chegando a registrar uma taxa de 14,23% no ano. É importante ressaltar que a China foi o único país do BRICS que não apresentou crescimento negativo durante a pandemia da COVID-19, demonstrando a resiliência e a estabilidade de sua economia.

Quanto ao desemprego, observa-se um padrão estável ao longo dos anos, com variações praticamente insignificantes. No entanto, em 2022, é possível observar uma retração no crescimento populacional ⁴, o que pode indicar mudanças demográficas significativas para o futuro.

⁴ População(%): Crescimento anual.

3.2.5 África do Sul

A economia da África do Sul é reconhecida como a principal do continente africano. A base econômica do país está concentrada no setor primário, mais precisamente na exploração mineral, sendo um importante produtor de commodities. No entanto, desigualdades históricas, questões socioeconômicas e ambientais, assim como problemas internos de corrupção e instabilidade política, complicam seu caminho. Apesar desses obstáculos, o país busca oportunidades para enfrentar seus desafios e promover seu desenvolvimento.

Tabela 5 – Indicadores Macroeconomicos da África do Sul

Ano	População (%)	Inflação (%)	PIB (%)	Desemprego (%)
2001	0.89	7.80	2.70	19.89
2004	0.94	6.04	4.55	19.73
2007	1.01	8.25	5.36	19.34
2010	1.19	6.13	3.04	23.18
2015	1.58	5.37	1.41	22.61
2017	0.39	5.47	1.16	23.99
2020	1.22	5.26	-5.96	24.34
2021	1.00	6.50	4.70	28.77
2022	0.84	4.76	1.91	28.84

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 5, é possível observar o lento crescimento do PIB sul-africano no período analisado. Em 2007, o país alcançou seu pico com uma taxa de crescimento de 5,36%, porém nos anos seguintes enfrentou uma retração econômica. É importante notar que, durante a crise da pandemia em 2020, a África do Sul enfrentou forte contração, com uma taxa negativa de -5,96%. O crescimento do PIB desse país ao longo desses 20 anos foi menor em comparação com o crescimento brasileiro.

Além disso, outro indicador alarmante é a taxa de desemprego, que se mantém persistentemente elevada, com valores acima dos 20% ao longo dos últimos 10 anos. Este é o maior índice de desemprego entre os membros do BRICS, o que sugere a presença de problemas estruturais no mercado de trabalho sul-africano.

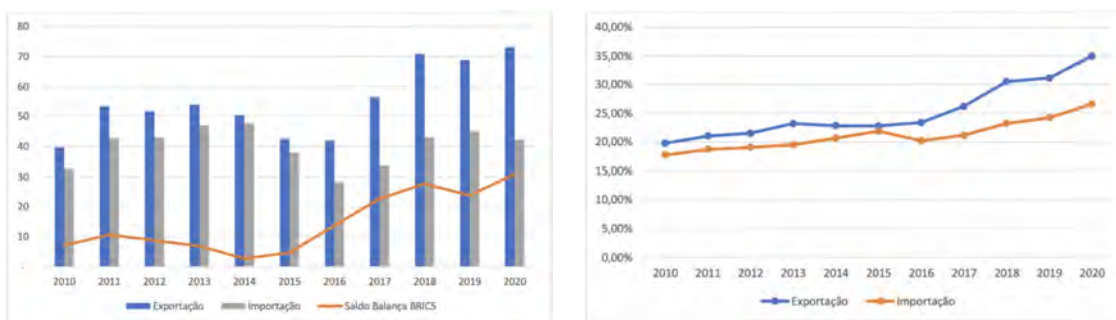
4 Relação comercial: Brasil e Intra-BRICS

O Brasil tem sua história marcada por um longo período de protecionismo comercial, caracterizado por altas tarifas e barreiras destinadas a resguardar a indústria nacional. Contudo, a partir dos anos 90, em resposta aos desafios da globalização, o país começou a adotar políticas mais abertas. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o comércio exterior do Brasil encerrou 2023 atingindo um recorde histórico de exportações, com um saldo comercial próximo dos US 100 bilhões e um aumento no número de empresas exportadoras. Este capítulo abordará a relevância da relação Intra-BRICS para o Brasil.

4.1 Brasil e Mundo

Ao longo da última década, o Brasil tem demonstrado um aumento significativo nas relações comerciais com os BRICS. Este movimento indica uma expansão das conexões comerciais do Brasil com esses países, evidenciada pelo aumento da proporção do comércio entre as partes. Apesar das variações, a Balança Comercial Brasil-BRICS manteve-se geralmente positiva, com o Brasil exportando mais do que importando dos países do grupo.

Figura 6 – Balança comercial brasileira com os países dos BRICS

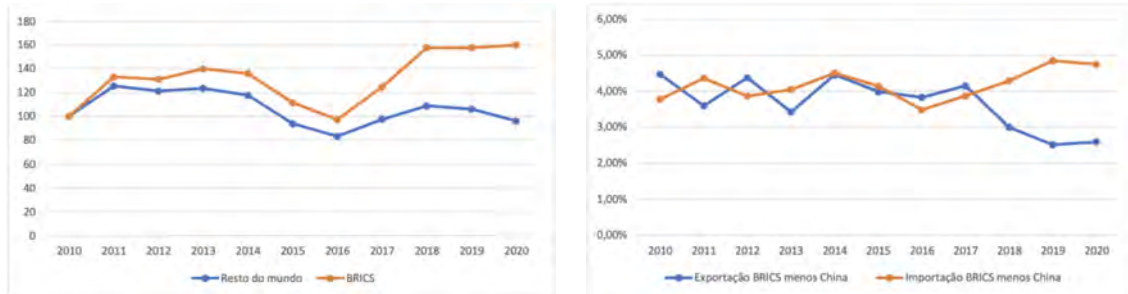


Fonte: Elaborado no artigo "Integração comercial e especialização produtiva : Brasil e sua relação com os demais BRICS (2010-2020)" com dados da Comex

A diversificação dos produtos comercializados entre o Brasil e os BRICS reflete a evolução da economia brasileira e sua relevante posição no cenário do comércio internacional. Na Figura 6, é perceptível a evolução da participação dos BRICS no comércio internacional do Brasil. Em 2015, aproximadamente 22% das exportações

brasileiras tinham países dos BRICS como destino, refletindo um padrão semelhante no que diz respeito às importações.

Figura 7 – Padrão de Comércio Brasil

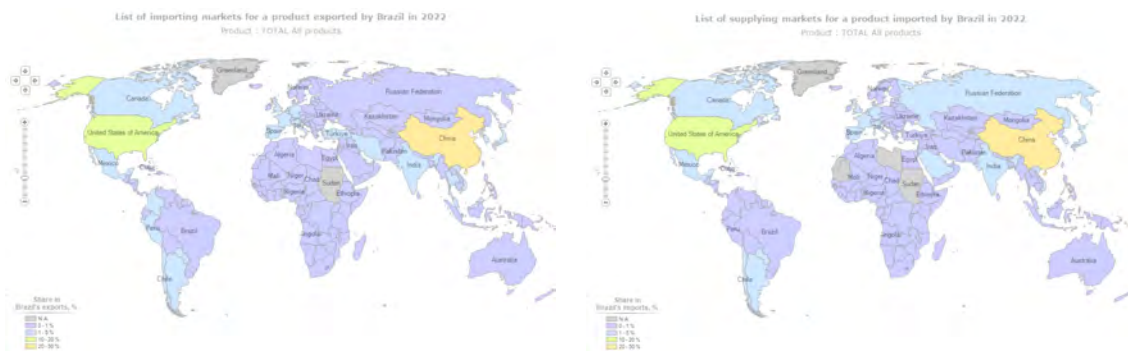


Fonte: Elaborado no artigo "Integração comercial e especialização produtiva : Brasil e sua relação com os demais BRICS (2010-2020)" com dados da Comex

Além disso, entre 2016 e 2018, observa-se um notável crescimento nas relações comerciais entre o Brasil e os demais países do BRICS, em contraste com uma aparente queda nas trocas com o restante do mundo. Entretanto, nos últimos anos, torna-se evidente que a taxa de exportações do Brasil para os BRICS depende significativamente de sua relação com a China.

Na figura 7, gráfico da direita, é simulada a exclusão da China dessa análise de importações e exportações, chegando-se à conclusão de que o saldo da balança comercial seria diferente. Nesse caso, as importações teriam um peso menor do que as exportações, além de uma queda no volume dessas trocas.

Figura 8 – Exportações e importações - Brasil



Fonte: Trade Map, 2022.

Ao analisarmos a Figura 8 percebemos a distribuição das trocas comerciais do Brasil com outros países. A China se destaca como líder tanto em importações quanto em exportações, seguida pelos Estados Unidos, um dos principais parceiros

comerciais do Brasil. É interessante notar que países do BRICS, como Rússia e Índia, demonstram uma relevância maior para as importações brasileiras do que para as exportações. Por outro lado, a África do Sul figura abaixo desse ranking em ambas as modalidades comerciais observadas.

Dessa forma, esses resultados ressaltam a importância da China como parceiro comercial chave do Brasil dentro dos BRICS e a necessidade de compreender as dinâmicas comerciais e as assimetrias existentes nas relações comerciais entre o Brasil e os demais países do grupo. Na próxima seção, será estudada a relação do Brasil com cada um desses países, onde ficará claro o papel de cada um na troca comercial brasileira.

4.2 Brasil e Rússia

As relações comerciais entre Brasil e Rússia remontam a séculos atrás, com marcos importantes como o reconhecimento mútuo em 1827 e o estabelecimento de representações diplomáticas em 1928. O comércio entre os dois países é caracterizado predominantemente por exportações e importações de produtos primários.

Figura 9 – Comércio bilateral entre Brasil e Rússia

Produto	BR importa da RUS		RUS exporta para o mundo		BR importa do mundo	
	Valor em USD	Participação na importação do BR (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)
Fertilizantes	5,607,873	23	20,898,652	16	24,785,390	16
Combustíveis Minerais	1,721,533	3	355,682,411	9	49,525,098	1
Cereais	98,882	3	10,240,800	6	3,274,764	1

Produto	BR exporta para RUS		RUS importa do mundo		BR exporta para o mundo	
	Valor em USD	Participação na importação da RUS (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)
Frutos Oleaginosos	998,084	51	1,947,507	1	47,1711,963	31
Carnes	296,688	35	843,413	1	23,974,699	15
Açúcar	287,188	48	602,373	1	11,240,384	19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Trade Map, 2022.

A Rússia se destaca especialmente na exportação de fertilizantes, representando 16% do mercado global desses produtos. Do total exportado pela Rússia, aproximadamente 1/4 desses fertilizantes são importados pelo Brasil. Por outro lado, o Brasil possui uma significativa participação de 31% nas exportações globais de frutas oleoginosas, enquanto a Rússia depende em 51% das importações desse produto provenientes do Brasil. É importante destacar a relevância das exportações brasileiras para a Rússia, especialmente considerando que a Rússia importa muito pouco

do resto do mundo (com uma taxa máxima de importação por produto de apenas 1%).

4.3 Brasil e Índia

As relações comerciais entre o Brasil e a Índia ganharam destaque no século XX com a abertura das economias e com a adoção de políticas de liberalização econômica a partir da década de 1990. Esse período viu um significativo aumento do comércio bilateral, impulsionado pela diversidade de recursos naturais e setores industriais em ambos os países. Isso facilitou parcerias em vários setores, como agricultura, energia e tecnologia, fortalecendo os laços econômicos e diplomáticos entre as nações.

As principais trocas comerciais entre o Brasil e a Índia envolvem principalmente produtos como combustíveis minerais, produtos químicos orgânicos, além de óleos e pedras preciosas. Embora o Brasil importe quantidades significativas de combustíveis minerais e produtos químicos orgânicos da Índia, as taxas de participação ainda se mantêm abaixo das observadas em relação à China, conforme indicado na Tabela 12.

Figura 10 – Comércio bilateral entre Brasil e Índia

Produto	BR importa da IN		IN exporta para o mundo		BR importa do mundo	
	Valor em USD	Participação na importação do BR (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)
Combustíveis Minerais	2.659.400	5	98.472.280	3	49.524.098	1
Composto orgânico	1.844.615	10	21.876.532	4	18.265.717	3
Produtos Químicos Variados	756.025	8	7.966.168	4	9.305.529	3

Produto	BR exporta para IN		IN importa do mundo		BR exporta para o mundo	
	Valor em USD	Participação na importação da IN (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)
Óleos	2.370.582	16	21.639.099	12	4.988.405	3
Combustíveis Minerais	1.853.044	3	277.238.257	7	56.851.353	2
Pedras Preciosas	813.260	11	78.172.888	8	5.639.445	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Trade Map, 2022.

4.4 Brasil e África do Sul

As relações entre Brasil e África do Sul se iniciaram no período entre 1918 e 1947, quando o comércio se destacou como o principal meio de interação entre os

dois países. No entanto, essas trocas comerciais eram irregulares e não recebiam muito apoio dos governos. O primeiro acordo oficial entre Brasil e África do Sul foi assinado em 1939.

São diversos os produtos exportados do Brasil para a África do Sul, dentre eles destacam-se o frango congelado, tratores rodoviários para semirreboques e veículos automotores. Por sua vez, o Brasil importa da África do Sul pedras preciosas, alumínio e carvão. Em termos percentuais, os países dependem muito pouco um do outro nessas trocas.

Figura 11 – Comércio bilateral entre Brasil e África do Sul

Produto	BR importa da ZA		ZA exporta para o mundo		Brasil importa do mundo	
	Valor em USD	Participação na importação do BR (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)
Pedras Preciosas	297.308	31	26.882.014	3	972.233	0
Alumínio	109.722	4	2.007.258	1	2.560.717	1
Combustíveis Minerais	100.009	0	17.045.966	0	49.525.098	1

Produto	Brasil exporta para ZA		ZA importa do mundo		Brasil exporta para o mundo	
	Valor em USD	Participação na importação da ZA (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)
Combustíveis Minerais	321.627	1	25.478.255	1	56.851.353	2
Carnes	217.832	1	403.601	0	23.974.699	15
Veículos Automotores	178.204	1	8.453.723	1	12.390.045	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Trade Map, 2022.

4.5 Brasil e China

As relações comerciais entre o Brasil e a China começaram a ganhar força na década de 1990, após a assinatura de um acordo de cooperação econômica. A adesão da China à Organização Mundial do Comércio em 2001 abriu caminho para um comércio mais amplo, especialmente no boom das commodities, com a China se tornando um grande importador de produtos básicos brasileiros, como soja e minério de ferro. O Brasil também exporta produtos manufaturados para a China. Essa parceria continua a se expandir, com ambos os países desempenhando papéis significativos na economia global.

Os dados fornecidos pelo Trade Map revelam uma relação comercial robusta entre Brasil e China, com uma troca significativa de produtos em diversas categorias. Enquanto o Brasil exporta commodities como frutos oleaginosos e minerais fundi-

Figura 12 – Comércio bilateral entre Brasil e China

Produto	BR importa da CH		CH exporta para o mundo		BR importa do mundo	
	Valor em USD	Participação na importação do BR (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)
Eletrônicos	17.018.458	56	920.424.924	26	30.278.052	1
Nucleomáquinas	9.323.260	27	568.540.968	22	34.482.97	1
Composto orgânico	7.727.537	42	101.887.171	19	18.265.717	3

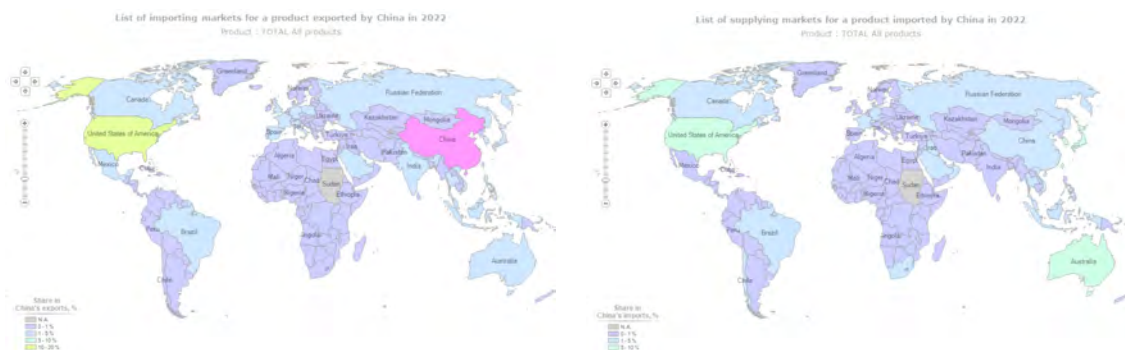
Produto	BR exporta para CH		CH importa do mundo		BR exporta para o mundo	
	Valor em USD	Participação na importação da CH (%)	Valor em USD	Participação importação mundial (%)	Valor em USD	Participação exportação mundial (%)
Frutos Oleaginosos	31.848.932	68	68.605.062	41	47.171.963	31
Minerais Fundidos	18.790.347	58	224.716.350	60	32.419.145	10
Combustíveis Minerais	16.892.907	30	535.339.703	13	56.851.353	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Trade Map, 2022.

dos para a China, contribuindo substancialmente para sua importação, a China se destaca como uma fonte principal de eletrônicos e nucleomáquinas para o Brasil.

Essa interdependência econômica reflete não apenas a complementaridade das economias, mas também a importância estratégica desses laços comerciais bilaterais para o Brasil, que como observado anteriormente na Figura 8, tem a China como seu principal parceiro comercial tanto para exportações quanto para importações.

Figura 13 – Exportações e importações - China



Fonte: Trade Map, 2022.

Ao analisarmos a Figura 13, identifica-se os principais parceiros comerciais da China. Em 2022, os Estados Unidos se destacou como o principal destino das exportações da China, enquanto tanto os Estados Unidos quanto a Austrália lideraram as importações. O Brasil, juntamente com a Índia, Rússia e África do Sul, ocupou uma posição subsequente nesse ranking, ao passo que outros países, não integrantes dos BRICS, também se destacaram no cenário de importação, como o Canadá, México e Chile.

Isso levanta questionamentos sobre a relevância de fazer parte dos BRICS para

estabelecer relações comerciais com a China. Afinal, países como Canadá, México e Chile mantêm laços comerciais significativos com a China, sem fazerem parte de qualquer grupo formal de cooperação econômica.

5 New Development Bank (NDB)

A ideia da constituição do New Development Bank (NDB), também chamado de Banco dos BRICS, surgiu na cúpula dos BRICS em Nova Déli, no início de 2012, sendo proposta pela Índia. A partir disso, os ministros de finanças de cada país estudaram a possibilidade da criação de um New Development Bank e na cúpula em Fortaleza, Brasil, em 2014, foi firmado um acordo com os termos para a criação do NDB, que foi oficialmente estabelecido na cúpula subsequente em Ufa, Rússia, em 2015.

Em fevereiro de 2016, o NDB estabeleceu uma sede em Xangai e fez o anúncio da inauguração do escritório em Johannesburgo, na África do Sul. O banco tem como objetivo mobilizar recursos financeiros para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento. Ele atua como um complemento as instituições financeiras multilaterais e regionais a fim de auxiliar o desenvolvimento e o crescimento global.

5.1 NDB versus outras entidades financeiras:

Após a Segunda Guerra Mundial, as organizações internacionais emergiram como atores fundamentais no Sistema Internacional, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, instituídos durante a Conferência de Bretton Woods em 1944. Ambos compartilham objetivos convergentes de revitalizar a economia global e reconstruir as nações devastadas pelos conflitos da guerra. Embora façam parte do Sistema das Nações Unidas e operem como agências especializadas independentes, suas atuações atualmente se diferenciam em termos geográficos e de objetivos.

O Banco Mundial tem como objetivo o desenvolvimento econômico e social dos países-membros, oferecendo empréstimos para a implementação de políticas públicas e projetos estruturais abordando áreas como saúde, educação, alimentação e energia. A missão do banco consiste em atingir dois pilares fundamentais: eliminar a pobreza extrema e promover uma prosperidade compartilhada.

Por outro lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem como principal missão preservar a estabilidade e equilíbrio dos sistemas econômico e financeiro mundiais. Especializado em ações específicas, o FMI fornece assistência financeira

a países e instituições que enfrentam graves adversidades monetárias, como crises políticas, financeiras e cambiais, buscando assegurar a sustentabilidade e eficiência do sistema financeiro internacional.

No entanto, ao longo das décadas, essas instituições financeiras tradicionais têm sido alvo de críticas devido à falta de gestão democrática, ao descaso com o meio ambiente e à preferência pelos interesses dos países desenvolvidos. A criação do New Development Bank (NDB) surge como resposta a essas insatisfações com as instituições multilaterais existentes, as quais frequentemente falham em se adaptar às demandas do século XXI e em conceder poder de decisão suficiente aos países em desenvolvimento.

Dessa forma, o NDB é uma alternativa ao sistema financeiro tradicional, buscando reduzir as assimetrias econômicas globais e promover investimentos em infraestrutura nos países em desenvolvimento. Seus valores incluem transparência, colaboração mútua, proteção ao meio ambiente e flexibilidade nos processos. Representa uma tentativa dos países emergentes de alcançar maior autonomia e representatividade no Sistema Internacional, visando diminuir a influência dos países desenvolvidos e promover um rearranjo do poder financeiro global, em busca de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Em relação à sua interação com outras instituições multilaterais, o NDB não busca substituir o Banco Mundial ou outras entidades já estabelecidas, mas sim complementar seus esforços no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. O banco está atualmente em processo de cooperação com outros bancos de desenvolvimento, reconhecendo a importância de aprender com a experiência das instituições mais antigas. Essas iniciativas dos BRICS, incluindo o estabelecimento do NDB e do "Contingent Reserve Arrangement" (CRA), refletem uma tendência mais ampla de "multipolarização" da arquitetura econômica e financeira mundial, buscando diversificar o quadro institucional e reduzir a influência dos centros tradicionais de poder, como o FMI e o Banco Mundial.

O NDB apresenta diferenças em relação aos bancos multilaterais existentes. Enquanto o Banco Mundial opera em uma ampla variedade de áreas e funções, caracterizando-se como um banco de tipo "universal" que abrange desde financiamento até assistência técnica, condicionalidades e consultoria, o NDB adota uma abordagem mais focada. Ele concentra-se especificamente em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, com ênfase em áreas como energia renovável, eficiência energética, tratamento de esgotos e gestão sustentável de água.

Além disso, a proposta do NDB é se diferenciar pela agilidade em suas operações. Enquanto o Banco Mundial é conhecido por sua estrutura pesada e processos burocráticos, o NDB pretende aprovar projetos com rapidez, sem comprometer a qualidade. O objetivo é reduzir o tempo de aprovação de projetos para cerca de seis meses entre a identificação e a aprovação na Diretoria. Esta velocidade foi uma característica distintiva do primeiro ano do NDB, tornando-o possivelmente o primeiro banco multilateral de desenvolvimento a aprovar projetos e emitir bônus no mercado dentro de seu primeiro ano de operação.

5.2 Características do Banco dos BRICS

O NDB emergiu como uma poderosa instituição financeira global desde sua fundação, com um capital autorizado de US 100 bilhões, dos quais US 50 bilhões foram inicialmente alocados entre os cinco membros fundadores, contribuindo igualmente com US 10 bilhões cada. Este capital inicial divide-se em US 10 bilhões de capital realizado e US 40 bilhões de capital exigível, este último representando obrigações ainda não cumpridas e igualmente distribuído entre os membros fundadores.

Figura 14 – Subscrição de capital e poder de voto

CAPITAL SUBSCRIPTION AND VOTING POWER (AS AT DECEMBER 31, 2022)		
	Subscribed capital (USD million)	Voting Power (% of total)
Brazil	10,000	19.42
Russia	10,000	19.42
India	10,000	19.42
China	10,000	19.42
South Africa	10,000	19.42
Bangladesh	942	1.83
UAE	556	1.08
Total	51,498	100.00

Notes:
a. Numbers in this table may not add up precisely due to rounding.

Fonte: NDB, 2022

Embora o propósito primordial do NDB, conforme delineado em seu documento fundador, seja a concessão de empréstimos e a facilitação da aquisição de ações por outros países, sua estrutura de propriedade reflete um compromisso com as nações em desenvolvimento: 55% das ações são reservadas aos países BRICS, enquanto 25% são designadas para economias emergentes. Esta alocação estratégica não só reafirma o compromisso do NDB com as necessidades dos países em desenvolvimento, mas também estabelece um equilíbrio dinâmico na governança do banco.

O Banco dos BRICS demonstra uma postura aberta e inclusiva para aprovar os termos e condições de admissão aos novos membros, refletindo seu compromisso em

expandir seu alcance e impacto global. Nos últimos anos, o NDB aceitou a adesão de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Egito, ilustrando esse compromisso.

A administração do NDB é estruturada com um Conselho de Administração e um Conselho de Governadores, cada um com cinco assentos ocupados pelos países fundadores. A presidência do banco é rotativa, sendo periodicamente ocupada por um representante de um dos membros do BRICS, enquanto os outros países são responsáveis pela nomeação dos quatro vice-presidentes.

Neste momento, o banco está em processo de implementação de sua Estratégia Geral para o período de 2022 a 2026, com um financiamento total de 30 bilhões de dólares. Essa estratégia prioriza projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, com um foco significativo de 40% direcionado para a mitigação das mudanças climáticas.

Os projetos do NDB concentram-se em seis áreas principais: infraestrutura digital, infraestrutura social, proteção ambiental, água e saneamento, infraestrutura de transporte, eficiência energética e energia limpa. Durante a pandemia, houve uma adição de foco específico no combate à COVID-19.

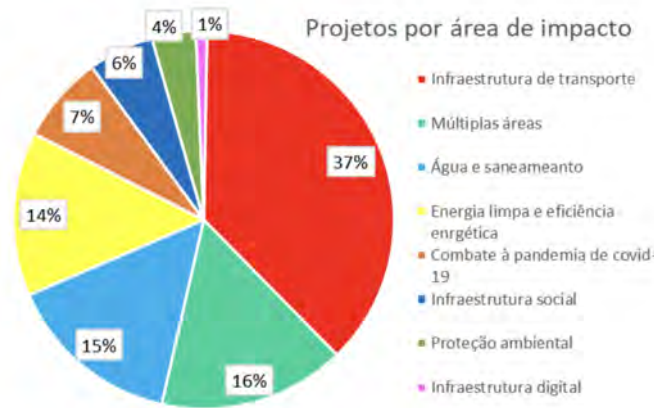
Figura 15 – Projetos aprovados por país entre 2014 e 2022



Fonte: Fonte: Elaborado no artigo "New Development Bank: O Banco dos Brics tem gerado resultados concretos para o Brasil?" com dados do NDB, 2022

As Figuras 15 e 16 revelam que, apesar do aumento da riqueza, os projetos aprovados continuam focados principalmente em infraestrutura básica, como transporte, água, saneamento e infraestrutura social. Isso aponta para a necessidade contínua de enfrentar questões relacionadas à qualidade de vida nos países membros. As nações que mais receberam contribuições foram a China e a Índia, seguidas pelo Brasil, que recebeu 22% do total.

Figura 16 – Áreas aprovadas pelo banco entre 2014 e 2022



Fonte: Fonte: Elaborado no artigo "New Development Bank: O Banco dos Brics tem gerado resultados concretos para o Brasil?" com dados do NDB, 2022

5.3 Projetos aprovados para o Brasil

Em 14 de janeiro de 1946, o Brasil ingressou no Banco Mundial, apenas um ano após a fundação formal da instituição. A primeira missão técnica ao país ocorreu em 1947, seguida pela aprovação da primeira operação de empréstimo em 1949. Desde então, mais de 500 projetos foram aprovados pelo banco para o Brasil, totalizando cerca de 71 bilhões de dólares em investimentos.

No que diz respeito ao New Development Bank, o Brasil participou ativamente de sua formação, detendo aproximadamente 20% do poder de voto dentro da instituição. Desde 2016, foram aprovados mais de 5 bilhões de dólares em projetos no país através do NDB. Ao analisarmos os dados do Banco Mundial e do NDB, podemos

Figura 17 – Aprovações para projetos no Brasil (USD) entre 2016 e 2022

Instituição	Projetos	Valor Aprovações (U\$)
Banco Mundial	42	8.697.540.000
NDB	21	5.968.000.000

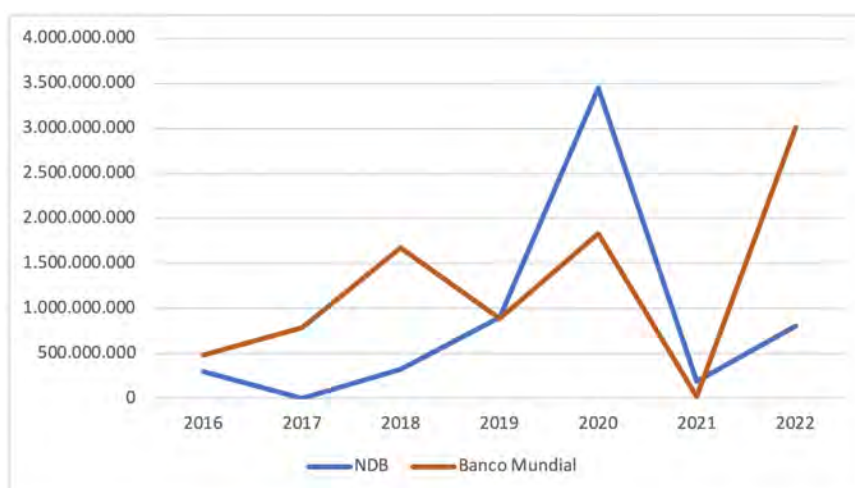
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial e NDB, 2022.

comparar o impacto dessas duas instituições na perspectiva brasileira. Conforme demonstrado na Tabela 17, ambos contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do Brasil nos últimos seis anos. O Banco Mundial se destacou pela

quantidade de projetos aprovados e pelo valor total das aprovações.

No entanto, como ilustrado no Gráfico 18, durante momentos de crise, como a pandemia de Covid-19, o NDB demonstrou uma relevância maior, especialmente no fornecimento de assistência emergencial e na execução de projetos de apoio.

Figura 18 – Aprovações para projetos no Brasil (USD)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial e NDB, 2022.

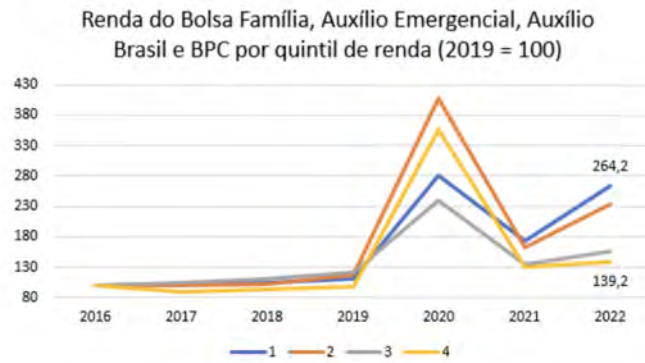
Para aprofundar o estudo das contribuições do NDB para o Brasil, foram selecionados três estudos de caso sobre projetos aprovados pelo banco. Esta análise tem como objetivo compreender como esses investimentos têm beneficiado o país e sua população.

O primeiro caso diz respeito ao "Programa de Assistência Emergencial no Combate à COVID-19", aprovado em julho de 2020 com um financiamento inicial de US 1 bilhão. Seu principal objetivo foi fornecer auxílio financeiro para manter a renda mínima de trabalhadores informais, mães chefes de família e outros beneficiários do programa Bolsa Família durante a pandemia.

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pelo Brasil durante a crise, o programa contribuiu para a redução dos níveis de desigualdade em 2020. O Gráfico 19, elaborado com dados da PNAD, evidencia um aumento na renda do Bolsa Família e em auxílios no ano de 2020. Além disso, o Gráfico 20 ilustra a evolução do índice de Gini, uma medida de desigualdade de renda, demonstrando que esse índice apresentou uma redução em 2020 em comparação com os anos anteriores.

O segundo exemplo trata do "Programa de Assistência Emergencial para Recuperação Econômica do Brasil", aprovado em dezembro de 2020, também com um financiamento inicial de US 1 bilhão. Este programa, implementado pelo Banco Na-

Figura 19 – Renda Bolsa Família e Auxílios



Fonte: Fonte: Elaborado no artigo "New Development Bank: O Banco dos Brics tem gerado resultados concretos para o Brasil?" com dados do NDB, 2022

Figura 20 – índice de Gini e Desigualdade de Renda



Fonte: Fonte: Elaborado no artigo "New Development Bank: O Banco dos Brics tem gerado resultados concretos para o Brasil?" com dados do NDB, 2022

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiou parte do custo total do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac), com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) durante a crise econômica causada pela pandemia. O FGI Peac, juntamente com outras iniciativas, teve um impacto positivo na redução dos efeitos negativos da recessão econômica em 2020.

O terceiro caso aborda o "Projeto de Eficiência e Expansão de Água e Saneamento em Pernambuco", aprovado em junho de 2022, com um financiamento de mais de US 200 milhões. Este projeto, implementado pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), teve como objetivo expandir o acesso à água e aos serviços de saneamento básico em várias cidades do estado de Pernambuco.

Prevê-se que o projeto beneficie mais de 2,1 milhões de pessoas em mais de 23 municípios, incluindo a capital Recife.

Dessa forma, é possível perceber que a participação do Brasil no NDB oferece uma oportunidade para avançar politicamente, economicamente e socialmente. Projetos aprovados pelo NDB contribuíram para questões críticas de desenvolvimento no Brasil, como proteção social, estímulo econômico e acesso ao saneamento básico. Importante notar que o Banco Mundial continua sendo um parceiro de grande importância para o Brasil.

6 Moeda Única

Nas reuniões e cúpulas do BRICS, tem-se debatido a ideia de instituir uma moeda única para facilitar as transações e intercâmbios comerciais entre essas nações, visando aprimorar suas relações econômicas. A proposta envolve a criação da "BRICS-Coin", uma moeda comum entre os países membros do BRICS, com lastro no ouro. Essa iniciativa poderia representar uma mudança significativa no panorama financeiro global.

6.1 BRICSCoin: Uma nova moeda para o BRICS

O atual sistema de transações internacionais tem sido o principal intermediário por décadas. Ele foi consolidado após a falha de Breeton Woods ¹, em que era necessário manter a taxa de câmbio de sua moeda fixa ao dólar. Desde essa época, a maioria dos países adotaram taxas de cambio flutuante e para trocas comerciais utilizam o SWIFT: O Sistema Internacional para Transferências Bancárias.

O código SWIFT é um sistema internacional, fundado em 1973, utilizado pelos bancos para trocar mensagens sobre transferências internacionais. Ele é regido pelas normas ISO 9362, tornando-o universal. Cada instituição financeira tem um código exclusivo de 8 a 11 caracteres, que garante a transmissão correta das informações entre os bancos envolvidos.

O SWIFT sendo centralizado nos Estados Unidos confere ao país um poder significativo sobre as transações globais. Um exemplo disso foi quando os Estados Unidos e seus aliados impuseram sanções financeiras à Rússia devido ao seu conflito com a Ucrânia, excluindo alguns bancos russos do sistema SWIFT como forma de pressão. Essa ação não apenas impactou a Rússia, mas também deixou outros países, que não mantêm boas relações com os Estados Unidos, preocupados com a dependência e vulnerabilidade desse sistema para suas transações financeiras internacionais.

É essa dependência do SWIFT que os países do BRICS, atualmente com pressão adicional da Rússia, buscam reduzir. O exemplo da Rússia em 2022, quando alguns bancos do país foram banidos do sistema SWIFT, demonstra como as instituições

¹ Para entender mais sobre o assunto, verificar anexo B.

financeiras russas foram impedidas de viabilizar pagamentos e transações comerciais. Como resultado direto, as exportações de petróleo e gás natural da Rússia para a União Europeia, vitais para sua economia, foram interrompidas.

Isso significa que os países que dependem desse abastecimento podem sofrer economicamente também, dado que não poderão negociar com a Rússia, o que pode prejudicar a balança comercial nesses locais. Outro caso importante de expulsão da operação SWIFT foi o do Irã, ocorrido em 2012. Dessa forma, o principal objetivo da nova moeda, a BRICSCoin, seria eliminar o uso do dólar como intermediário primário e viabilizar um meio de transação sem depender do código SWIFT.

A proposta da BRICSCoin é que ela seja lastreada em ouro. Isso significa que cada unidade da moeda teria um valor equivalente a uma determinada quantidade de ouro físico armazenado pelo Banco do BRICS. Essa característica confere à moeda um valor intrínseco respaldado por reservas de ouro mantidas pelo banco, diferentemente do dinheiro tradicional, como dólar ou real, cujo valor é baseado principalmente na confiança nos governos ou instituições do grupo, que muitas vezes é baixa.

Na prática, a mecânica da BRICSCoin funcionaria da seguinte forma: haveria a consolidação de reservas de ouro nos cofres do Banco do BRICS, seguida pela emissão de tokens ou títulos que representam esse lastro. Esses tokens seriam utilizados para realizar transações comerciais entre os países do bloco. O objetivo não seria substituir a moeda nacional de um país para uso diário, mas simplificar transações comerciais entre os países do BRICS.

Seguindo essa linha de raciocínio, uma empresa brasileira que exporta produtos para a Índia atualmente precisa frequentemente usar o dólar e realizar múltiplas conversões de moeda, o que aumenta os custos e atrasa o processo. Com a BRICSCoin, argumenta-se que essa empresa poderia realizar a transação diretamente, potencialmente economizando tempo e dinheiro.

Outro ponto a ser considerado é a comparação com o Bitcoin. A BRICSCoin, lastreada em ouro, difere significativamente do Bitcoin em termos de segurança, confiança e mecanismos. Enquanto o Bitcoin é descentralizado e baseado em confiança matemática, a BRICSCoin permanece sujeita à manipulação econômica e inflação, além de depender da confiança nos países do BRICS.

Contudo, a implementação desse sistema enfrentaria desafios logísticos e regulatórios significativos, especialmente em um bloco de países com diferenças econômicas

e regulamentações diversas. Mesmo o antigo padrão ouro², extinto em 1971, enfrentou desafios relacionados à confiança nos governos ao longo de sua história.

Dessa forma, a questão da BRICSCoin é polêmica e complexa. A decisão sobre sua viabilidade e sucesso dependerá de uma série de fatores, incluindo a confiança nos países do BRICS e a eficácia do sistema proposto. O debate continua aberto, e é importante considerar todos os aspectos antes de analisar o assunto.

6.2 Estudo de Caso: Euro

A proposta da BRICSCoin é frequentemente comparada ao Euro da União Europeia, visando unificar os países do BRICS sob uma única moeda. Nessa sessão será feita uma análise do sistema do Euro, apontando suas qualidades e desafios. É importante notar a diferença entre as duas moedas: enquanto o BRICSCoin seria uma forma de facilitar pagamentos entre países, o Euro é utilizado não apenas como meio de transações comerciais, mas também no dia a dia dos cidadãos europeus.

O Euro teve sua origem em um processo de integração econômica e monetária na Europa, culminando na adoção da moeda única por onze países membros da União Europeia em 1999. Essa iniciativa visava promover a estabilidade econômica, facilitar o comércio e fortalecer a competitividade dos países europeus no cenário global. A introdução do Euro eliminou as barreiras das taxas de câmbio entre os países membros, impulsionando o comércio e os investimentos na região, além de consolidar a sua posição como uma das principais moedas de reserva do mundo, contribuindo para a integração econômica e a cooperação entre os países da União Europeia.

A moeda é gerida pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), formando o Eurosystem responsável pela condução da política monetária na zona do Euro. O SEBC engloba o BCE e os bancos centrais nacionais dos países da zona do Euro. O BCE, sediado em Frankfurt, tem como principal objetivo manter a estabilidade de preços na região, com o Conselho Geral do BCE tomando as decisões relacionadas à política monetária. A independência, transparência e responsabilidade são pilares fundamentais do sistema do Euro, visando assegurar a estabilidade financeira e monetária na zona do Euro e promover

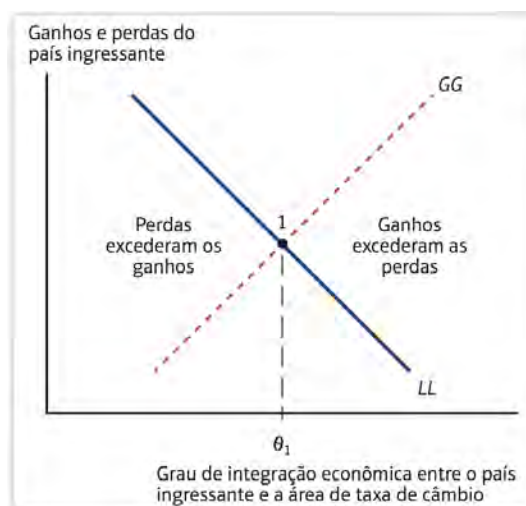
² Para entender mais sobre o assunto, verificar anexo A.

a integração econômica e monetária entre os países membros.

O Euro enfrenta uma série de desafios complexos, desde questões estruturais até desafios econômicos e políticos. Uma das principais dificuldades é a disparidade econômica entre os países membros, o que resulta em diferentes níveis de competitividade e capacidade de resposta a choques econômicos. Essa assimetria econômica torna desafiador estabelecer políticas monetárias únicas que atendam às necessidades de todos os países, levando a desequilíbrios e tensões dentro da união monetária.

Um exemplo marcante de um país que enfrentou uma crise de dívida soberana foi a Grécia. Durante a crise financeira da zona do Euro, iniciada em 2009, a Grécia viu-se diante de um déficit fiscal maior do que o anteriormente divulgado e de uma dívida pública superior a 100% do PIB, o que gerou preocupações sobre a estabilidade econômica do país. Os custos crescentes de empréstimos e as medidas de austeridade adotadas resultaram em instabilidade política interna.

Figura 21 – Curvas GG-LL



Fonte: Krugman - Economia Internacional

Fundamentado na teoria de Krugman em seu livro "Economia Internacional", o gráfico GG-LL, examina os ganhos de eficiência monetária (GG) e as perdas de estabilidade econômica (LL) associadas à adesão a uma área de taxa de câmbio fixa, como a zona do Euro. Os países da UE buscam obter ganhos de eficiência, como a facilitação do comércio, enquanto enfrentam perdas de estabilidade, como a incapacidade de ajustar a taxa de câmbio. O ponto de interseção das curvas GG e LL, determina se os benefícios líquidos superam as perdas, influenciando a decisão de adotar o Euro. A análise desses trade-offs é crucial para os países da UE ao considerar a integração econômica e seus objetivos.

A experiência da Grécia exemplifica isso: inicialmente, o país buscou os ganhos de eficiência monetária ao integrar-se à zona do Euro, porém, as perdas de estabilidade econômica tornaram-se evidentes ao longo do tempo. Esta crise revelou fragilidades na união monetária e teve impactos globais nos mercados financeiros, destacando a necessidade de uma maior coordenação entre os membros da UE.

Além disso, a falta de uma união fiscal completa na zona do Euro representa um obstáculo significativo para lidar eficazmente com crises econômicas. A ausência de mecanismos de transferência fiscal entre os países membros dificulta a capacidade de amortecer choques econômicos e proteger os países mais vulneráveis. A crise da dívida soberana em alguns países da zona do Euro evidenciou a fragilidade do sistema e a necessidade de uma maior integração fiscal para garantir a estabilidade financeira e a coesão da união monetária.

7 Expansão do BRICS

Durante a Cúpula de Xiamen em 2017, os líderes dos países BRICS enfatizaram a importância de abrir as portas para outros países em desenvolvimento, fortalecendo assim a cooperação no Sul Global. A iniciativa conhecida como BRICS Plus (BRICS+), liderada pela China, enfatizou a importância de estabelecer parcerias amplas, diálogo e cooperação com países que não fazem parte do grupo BRICS.

Simultaneamente, o interesse em aderir ao grupo BRICS cresceu fora da plataforma, especialmente devido à insatisfação de muitos países em desenvolvimento com o sistema monetário e financeiro internacional. Fatores como a concentração de recursos nos países desenvolvidos, a hegemonia do dólar e as dificuldades em obter financiamento externo direto têm impulsionado esse interesse.

7.1 15a Cúpula do BRICS em Joanesburgo

Figura 22 – Mapa BRICS+



Fonte: Elaborado no artigo "Expansion of BRICS: A quest for greater global influence?" com dados da EPRS.

Na Cúpula dos BRICS em Joanesburgo em agosto de 2023, realizada sob o tema "BRICS e África: Parceria para o Crescimento Mutuamente Acelerado, o Desenvolvimento Sustentável e o Multilateralismo Inclusivo", foi anunciado o convite para seis novos países: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Embora a Arábia Saudita tenha recebido um convite, ainda não

oficializou sua participação. O novo presidente da Argentina, Javier Milei, optou por retirar o país do processo de entrada no grupo como membro pleno, porém enfatizou o compromisso com relações bilaterais com o BRICS+. Portanto, no dia 1º de janeiro de 2024, o BRICS admitiu quatro novos membros: Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos.

Figura 23 – BRICS+: Novos Integrantes

Novos Integrantes	Irã	Etiópia	Egito	Emirados Árabes Unidos	Arábia Saudita
PIB (US\$)	413.493.207.349	126.783.471.598	476.747.720.365	507.063.968.273	1.108.571.517.285
Crescimento do PIB (%)	3,78	5,32	6,59	7,85	8,68
População Total	88.550.570	123.379.924	110.990.103	9.441.129	36.408.820
Crescimento Populacional (%)	0,71	2,54	1,57	0,81	1,27
Inflação, Deflator do PIB (%)	50,59	34,68	10,43	13,24	16,69
Desemprego (%)	8,82	3,42	6,4	2,97	5,59

Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial, 2022.

Na Figura 23, são apresentados os mesmos indicadores econômicos discutidos anteriormente no capítulo sobre o Contexto para os Países do BRICS. Esta tabela atual resume os dados referentes ao ano de 2022 para os novos integrantes do grupo, permitindo uma comparação entre eles.

A Arábia Saudita é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e detém o maior PIB do Oriente Médio, além de apresentar o maior crescimento anual do PIB entre os novos integrantes do BRICS. Apesar de manter uma proximidade significativa com os Estados Unidos, o país vem estreitando laços com a China e outros países da região, como Israel, Irã e Síria. Caso decida participar do grupo, a Arábia Saudita seria um dos destaques dessa expansão.

Assim como a Arábia Saudita, o Egito também é um dos principais países do Oriente Médio. O país é o mais populoso da região, além de possuir o quarto maior PIB local. No entanto, o Egito enfrenta uma grave crise econômica, com uma elevada inflação em 2022 que o levou a recorrer ao FMI em busca de apoio financeiro. É importante ressaltar que o Egito já é membro do Banco dos BRICS desde 2021.

Entre os novos integrantes, os Emirados Árabes Unidos possuem a menor população em comparação aos outros participantes e têm a quarta maior economia da região, segundo dados do Banco Mundial. O país se destaca na exploração e produção de petróleo e gás natural, além de ser um importante destino turístico.

A Etiópia enfrenta um cenário econômico fragilizado, apesar de ser um dos países de crescimento mais acelerado na África. Os principais desafios incluem o conflito

na região do Tigré, as repercussões da pandemia de COVID-19 e as frequentes secas. É importante ressaltar que as relações entre Egito e Etiópia não são harmoniosas, havendo discordâncias em questões como as disputas pelo uso das águas do rio Nilo.

O Irã tornou-se o quarto país a contemplar a expansão do BRICS. O país enfrenta sanções internacionais, principalmente dos Estados Unidos, além de ter sido excluído do sistema SWIFT de transações comerciais. Devido às suas relações comerciais limitadas com vários países, o Irã está buscando estreitar laços comerciais com a China e a Rússia.

7.2 Aspectos da expansão

A inclusão de novos membros no BRICS certamente pode trazer benefícios econômicos, mas também pode acarretar desafios, especialmente em relação a possíveis conflitos entre os próprios membros, como no caso das relações tensas entre Arábia Saudita e Irã, ou entre Egito e Etiópia, devido a questões regionais e geopolíticas.

Em termos positivos, a expansão do BRICS pode refletir as mudanças geopolíticas globais inevitáveis, dando voz a um considerável número de economias emergentes e países em desenvolvimento interessados em aderir ao grupo. Isso pode fortalecer a cooperação e o diálogo entre os países do Sul Global, alinhando-se ao princípio de democratização das relações internacionais, uma marca do BRICS desde sua criação. Além disso, do ponto de vista econômico, a expansão pode criar oportunidades para a integração do sistema econômico internacional e a liberalização do comércio no Sul Global, potencialmente impulsionando o desempenho das moedas nacionais das economias emergentes.

A postura divergente entre os membros dos BRICS em relação à expansão reflete uma profunda divisão dentro do grupo. Enquanto a China tem consistentemente apoiado a admissão de novos membros, Índia e Brasil mantêm uma postura cética devido ao receio de diluição de sua influência, perda de exclusividade e possível liderança predominante da China no bloco. Por outro lado, a Rússia vê a expansão como uma estratégia para mitigar seu isolamento crescente no Ocidente, enquanto a África do Sul, cuja adesão foi solicitada pela China, tende a apoiar a expansão. Essas discordâncias também destacam o uso da filiação pelos países membros para promover uma política externa independente frente às tensões entre o Ocidente e China/Rússia. Além disso, uma possível polarização do BRICS em torno de conflitos econômicos e geopolíticos entre os Estados Unidos, Rússia e China pode desviar o

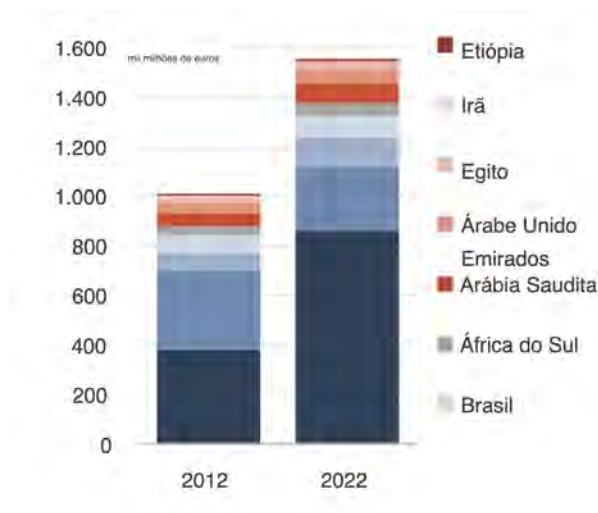
foco do desenvolvimento sustentável e da reforma das organizações internacionais, corroendo os fundamentos de cooperação estabelecidos ao longo dos anos.

7.3 Relações UE-BRICS+

A relação entre os países do BRICS+ e a União Europeia (UE) é um campo de estudo auxiliar para compreender as dinâmicas contemporâneas da geopolítica global. Enquanto o BRICS emergiu como uma coalizão de nações de destaque econômico e político, a UE permanece como o bloco regional mais influente no cenário mundial. Explorar a interação entre esses dois blocos permitirá analisar a relevância dos BRICS em um contexto multilateral e entender como essas potências emergentes se relacionam com um dos atores mais influentes e consolidados da arena internacional. Essa análise desenvolve uma compreensão mais profunda das tendências geopolíticas atuais e das possíveis ramificações para o futuro da ordem mundial.

A UE é um importante parceiro comercial dos países do BRICS, sendo um destino significativo para as exportações desses países. Os principais produtos exportados pelos países do BRICS para a UE incluem produtos manufaturados, commodities, produtos agrícolas e minerais. Por sua vez, a UE exporta uma variedade de bens para os países do BRICS, como produtos manufaturados, equipamentos, produtos químicos e veículos.

Figura 24 – Comércio de ben UE-BRICS+



Fonte: Elaborado no artigo "Expansion of BRICS: A quest for greater global influence?" com dados da Eurostat.

Além do comércio de bens, a UE e os países do BRICS também mantêm relações

comerciais no setor de serviços, como serviços financeiros, turismo, tecnologia da informação e comunicação, entre outros. Na Figura 24 é observado a proporção dessa relação entre os dois grupos econômicos.

Ademais, UE é um importante investidor nos países do BRICS, com empresas europeias atuando em diversos setores nos países do bloco. Da mesma forma, os países do BRICS também investem na UE, contribuindo para a economia e criando empregos em vários países europeus.

A União Europeia tem acordos comerciais e parcerias estratégicas com alguns países do BRICS, visando facilitar o comércio e promover a cooperação econômica. Por exemplo, a UE está negociando um acordo de livre comércio com o Mercosul, do qual o Brasil é membro, buscando aumentar o comércio de bens e serviços entre as regiões. Na figura 25, são listados os tratados entre os países do BRICS e a UE, juntamente com sua situação atual.

Figura 25 – ACL bilaterais e inter-regionais UE-BRICS+

País	ACL	Situação
Brasil (Mercosul)	Acordo de Associação Mercosul	Acordo de princípio (2019)
Rússia	Nenhum	Nenhum
Índia	Acordo de comércio livre, acordo de proteção de investimentos e acordo de indicações geográficas	As negociações começaram em 2007, foram interrompidas em 2013 e reiniciadas em 2022.
China	Acordo abrangente sobre investimento (CAI)	Acordo de princípio (2020), suspenso
África do Sul (APE SADC)	Acordo de parceria econômica.	Aplicado provisoriamente desde 2016
Egito	Acordo de associação	Em vigor desde 2004
Etiópia (ESA)	Acordo de parceria econômica.	As negociações começaram em 2004 e foram interrompidas até novo aviso em 2011
Irã	Nenhum	Nenhum
Arábia Saudita (GCC)	Acordo de livre comércio	As negociações começaram em 1990, mas estão suspensas desde 2008
Emirados Árabes Unidos (CCG)	Acordo de livre comércio	As negociações começaram em 1990, mas estão suspensas desde 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Comissão Europeia, 2022

8 Conclusão

Este estudo analisou o impacto das iniciativas do BRICS na economia brasileira. Desde sua fundação, o grupo atingiu diversos marcos significativos, como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a implementação do Acordo de Reservas Contingentes (ARC) e a ampliação do grupo para incluir o conceito de BRICS Plus.

A análise dos dados relacionados ao grupo oferece uma visão abrangente das dinâmicas econômicas e geográficas desses países, os quais, juntos, detêm uma proporção significativa dos recursos e da população globais. No entanto, ao longo dos anos desde a criação do termo "BRICS" por Jim O'Neill em 2001, as disparidades entre essas nações têm se tornado mais evidentes. Existe uma diversidade de desempenhos econômicos entre os membros do grupo, o que contrasta com a ideia inicial de uma unidade destacada na crescente importância econômica do grupo como um todo. Por exemplo, nos últimos 20 anos, uma parte substancial do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos BRICS está principalmente associada à China, não abrangendo necessariamente todos os países do grupo.

O Brasil mantém uma parceria comercial de destaque com a China, sendo este país, juntamente com os Estados Unidos, o principal destino das exportações brasileiras, além de representar uma parcela significativa das importações. No entanto, ao analisarmos as relações comerciais com a China, percebemos que o país estabelece laços comerciais sólidos com diversas nações, não se limitando apenas aos membros dos BRICS. Isso nos leva a questionar se o Brasil alcançaria números semelhantes de trocas comerciais mesmo sem fazer parte desse grupo.

Durante o período da pandemia, tornou-se evidente que a participação do Brasil como um dos membros fundadores do NDB teve um papel fundamental. A análise dos três estudos de caso destacados revela não apenas o impacto positivo desses investimentos na infraestrutura e no bem-estar social do país, mas também destaca a importância de uma abordagem estratégica e colaborativa para lidar com os desafios emergentes. Neste contexto, a parceria entre o Brasil e o NDB representa uma oportunidade para impulsionar o progresso sustentável e inclusivo, alinhado aos objetivos de desenvolvimento nacional e global. Ndb falar que o banco mundial da atencao, mas que em casos emergenciais, o ndb é quem socorre.

A expansão dos BRICS não necessariamente foi um sinal de crescente influência diplomática do grupo uma vez que encontrar um denominador comum tornou-se mais difícil. A expansão pode ser considerada um reflexo da crescente influência da China ao definir o futuro do bloco e aumentar seu alcance global. Além, os países devem se atentar que um maior número de membros pode complicar os processos de negociação e cooperação dentro do grupo, ameaçando sua coesão e enfraquecendo sua capacidade de atuação conjunta. Exemplos históricos como o G-77 e o G-24 destacam como uma expansão mal gerida pode minar a eficácia de coalizões semelhantes.

Em resumo, dentre as iniciativas do BRICS, a criação do NDB e o Acordo de Reservas Contingentes, se destacam como impactos positivos a economia brasileira. O NDB oferece uma alternativa crucial de financiamento para projetos de infraestrutura, especialmente útil em momentos de crise econômica, como visto durante a pandemia. No entanto, as disparidades econômicas entre os membros do BRICS, com a China dominando muitos indicadores, questionam a eficácia do grupo como uma unidade coesa de influência global. A parceria comercial robusta com a China também levanta a questão se o Brasil poderia obter resultados semelhantes fora do contexto dos BRICS. A gestão cuidadosa da expansão do grupo e dos desafios diplomáticos é essencial para preservar sua relevância e eficácia a longo prazo.

9 Bibliografia

RIBEIRO, M. Models of BRICS' Economic Development and Challenges for EU Competitiveness. www.academia.edu, 1 jan. 2009.

OLIVEIRA, I. T. M. BRICS. novos competidores no comércio internacional de serviços? [recurso eletrônico]: [s. l.]: IPEA, 2013.

BEER, L. DE. Chapter 9: The objectives of the BRICS organisation in correlation with the objectives of the Organisation for Economic Cooperation and Development. BRICS Education: Volume 2. Critical Issues in South African Education Illumination from international comparative perspectives from the BRICS countries, 1 jan.2020.

SHVYRKOV, O.; BORODINA, S. D. Investing in BRIC countries: evaluating risk and governance in Brazil, Russia, India & China. [s. l.]: McGraw-Hill, 2010. ISBN 9780071664066.

KAUR, S.; AGGARWAL, S.; SARWAR, S. Trade balance, monetary supply, commodity prices, and greener energy growth: contextual evidence from BRICS economies in the lens of sustainability. *Environmental Science and Pollution Research*, [s. l.], v. 30, n. 29, p. 73928–73940, 2023. DOI 10.1007/s11356-023-27475-3.

BECKER, U. The BRICS and emerging economies in comparative perspective: political economy, liberalisation and institutional change. [s. l.]: Routledge, 2014. ISBN 9780415843508.

BRICS Journal of Economics, [s. l.], [s. d.].

COZENDEY, C. M. BRIC a BRICS em um mundo em transição. In:

BARROS, Renan Santos de. New Development Bank: O Banco dos Brics tem gerado resultados concretos para o Brasil?. São Paulo, 2023.

PIMENTEL, J. V. S. (org.). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 157-169.

FONSECA, JR. G. BRICS: notas e questões. In: PIMENTEL, J. V. S. (org.) O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. 2. ed. Brasília, DF: Fundação

Alexandre de Gusmão, 2013. p. 13-30.

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R. A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. .

ITAMARATY. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, 2018.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010. Paris, 1990.

MACHADO, J. B. Mercosul: processo de integração, origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras, 2000. O'Neill, J. Building Better Global Economic BRICS. GS. Goldman Sachs Economic Research Group, n. 6, 66S.0230th, november 2001 Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-BRICS.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

RAMALHO, A. J. Ceticismo, Intersecções e Oportunidades. In:

PIMENTEL, J. V. S. (org.) O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 129-146.

SALVATORE, D. Economia internacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos (LTC), 2000.

SILVA, C. E. L. da. BRICS: De Acrônimo esperto a fórum influente. In: J. V. S. (org.) O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. 2. Ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 147-156.

STUENKEL O. BRICS e o futuro da ordem global. Tradução Adriano Scandola. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

TAQUES, F.; CAVALCANTE, H.; MONTEIRO, M.; Fluxo de comércio entre o Brasil e os demais países dos BRICS. Revista Economia e Desenvolvimento, v. 14, n. 2, p. 260-280, 2015.

Expansion of BRICS: A quest for greater global influence? SUMMARY. [s.l: s.n.].

THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, I. T. M. (org.). Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. Brasília: IPEA 2012.

ROGOVA, I. Analysis and prospects of the BRICS. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, v. 12, n. 3, p. 112, 2019.

OLIVEIRA, V. L. DE. Integração comercial e especialização produtiva : Brasil e sua relação com os demais BRICS (2010-2020).

A Apendice: Padrao Ouro

O padrão ouro teve sua origem na utilização de moedas de ouro como meio de troca, unidade contábil e reserva de valor. O ouro desempenhava esses papéis desde os tempos antigos, mas o padrão ouro como uma instituição legal foi estabelecido em 1819, quando o Parlamento Britânico anulou as restrições na exportação de moedas e barras de ouro da Grã-Bretanha.

Esse sistema estabeleceu uma base sólida para o comércio internacional, uma vez que todas as moedas dos países participantes estavam vinculadas ao ouro. A estabilidade proporcionada pelo padrão ouro foi crucial para facilitar as transações comerciais entre as nações, estabelecendo taxas de câmbio fixas e previsíveis. No entanto, o sistema do padrão ouro enfrentou desafios significativos que contribuíram para o seu declínio.

Uma das principais limitações do padrão ouro era a rigidez monetária que impunha aos países. Como as moedas estavam atreladas ao ouro, os governos tinham menos flexibilidade para responder a crises econômicas, como recessões ou crises financeiras, por meio de políticas monetárias expansionistas. Isso muitas vezes agravava as crises, pois os países não podiam aumentar a oferta de moeda para estimular a economia. Além disso, a escassez de ouro tornou-se um problema à medida que a economia global crescia.

Além disso, a quantidade limitada de ouro disponível restringia o crescimento da oferta de moeda, o que poderia limitar o crescimento econômico e a atividade comercial. A dependência do ouro como base monetária também tornava o sistema vulnerável a choques externos, como descobertas de ouro em novas minas ou crises em países produtores de ouro, que poderiam afetar a estabilidade do sistema monetário internacional.

Assim, apesar dos benefícios do padrão ouro, o sistema não perdurou. Durante a Primeira Guerra Mundial, muitos países suspenderam temporariamente o padrão ouro para financiar seus esforços de guerra, resultando em desequilíbrios econômicos e aumentos substanciais no endividamento internacional. Após a guerra, os esforços para restaurar o sistema foram prejudicados por inflação e instabilidade econômica, tornando evidente a necessidade de reformas no sistema monetário internacional.

O período entre guerras testemunhou tentativas de restaurar o padrão ouro, mas

as dificuldades persistiram devido à instabilidade política e econômica generalizada. As taxas de câmbio flutuaram violentamente durante esse período, refletindo a incerteza e a falta de confiança no sistema financeiro global. A instabilidade econômica exacerbada pela Segunda Guerra Mundial tornou evidente a necessidade de uma nova abordagem para o sistema monetário internacional.

Como resultado, os países passaram a adotar sistemas monetários mais flexíveis, como taxas de câmbio flutuantes e acordos de Bretton Woods, que permitiam uma maior autonomia na condução da política monetária e cambial. Essas mudanças refletiram a necessidade de sistemas mais adaptáveis e resistentes a choques econômicos, marcando o fim da era do padrão ouro como principal referência monetária internacional.

B Apendice: Bretton Woods

O Acordo de Bretton Woods foi estabelecido em 1944 em uma conferência realizada em Bretton Woods, New Hampshire, com o objetivo de criar um sistema monetário internacional após a Segunda Guerra Mundial. Este acordo estabeleceu um sistema de taxas de câmbio fixas em relação ao dólar dos Estados Unidos, que por sua vez estava vinculado ao ouro a um preço fixo de US 35 por onça. As moedas dos países participantes foram fixadas em relação ao dólar, criando um sistema de paridades cambiais estáveis.

Enquanto no padrão ouro as moedas eram diretamente conversíveis em ouro, em Bretton Woods somente o dólar dos EUA possuía essa conversibilidade, proporcionando uma flexibilidade maior aos países participantes. Adicionalmente, os países tinham mais controle sobre os fluxos de capital e podiam ajustar suas taxas de câmbio em resposta a desequilíbrios comerciais, algo impossível no padrão ouro, que era mais rígido em sua operação.

O fracasso do Acordo de Bretton Woods foi precipitado por diversos fatores. Dentre eles, destacam-se os desequilíbrios comerciais que surgiram entre os países participantes ao longo do tempo. Esses desequilíbrios exerceram pressões sobre as taxas de câmbio fixas estabelecidas no acordo, minando sua eficácia e estabilidade. Além disso, a política monetária expansionista dos Estados Unidos na década de 1960 resultou em inflação e enfraquecimento do dólar, comprometendo a credibilidade do sistema de Bretton Woods.

O ponto crítico foi alcançado em 1971, quando o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro. Essa ação, motivada pela insuficiência de reservas de ouro para sustentar a conversibilidade, efetivamente encerrou o sistema de Bretton Woods. Como resultado, emergiu um novo sistema de taxas de câmbio flutuantes, marcando o fim da era dos sistemas monetários fixos e o início de uma maior flexibilidade nas políticas monetárias e cambiais dos países ao redor do mundo.

O colapso final do sistema Bretton Woods em 1971 marcou uma mudança significativa na ordem financeira global. Com o abandono da convertibilidade do dólar em ouro, o mundo entrou em uma era de taxas de câmbio flutuantes. Embora essa flexibilidade tenha proporcionado certo alívio em tempos de crise, as intervenções governamentais ainda eram comuns para enfrentar os desafios econômicos globais.

A busca por estabilidade monetária e econômica continua sendo um desafio fundamental na arena financeira global.